

Saúde e Missão

O Ministro Machado de Lemos admitiu, nas solenidades do Dia do Médico, em Campinas, a possibilidade de o setor médico-hospitalar da Previdência Social, por enquanto integrado no Ministério do Trabalho, compor os quadros do Ministério da Saúde, que passaria a geri-lo segundo diretrizes do Plano Nacional de Saúde, já elaborado, há algum tempo, por uma comissão interministerial.

Deixou claro o Sr. Mário Machado de Lemos, em suas declarações, que esta decisão caberá ao Governo. Será ele, e não o Ministro da Saúde, o juiz da matéria. O simples fato de o Ministro da Saúde haver aludido, embora em rápidas palavras, a esta mudança de orientação, constitui, por si só, justificativa para algumas considerações de ordem geral e de natureza preliminar, uma vez que ainda se ignora o texto do planejamento básico na área da Saúde.

A transferência dos serviços médicos do INPS para o Ministério da Saúde oferece, em tese, duas vantagens. Em primeiro lugar, isto levaria o Orçamento da União a firmar compromissos de investimentos decisivos, reclamados por um país com tantos problemas médico-sanitários, no programa nacional da Saúde Pública.

Estes investimentos, como é notório, são feitos, em caráter compulsório, pelos contribuintes da Previdência Social, até agora. A contribuição orçamentária do Governo federal é ínfima, em comparação com outros desembolsos, conforme demonstram as estatísticas disponíveis.

A canalização de verbas orçamentárias, em maior volume, para o setor da saúde básica, contemplando especialmente a medicina preventiva, teria, sem dúvida, forte sentido de justiça social. A oferta de melhores padrões sanitários é um direito do cidadão. Ele tem o direito à saúde, da mesma forma que se habilita à educação como contrapartida de seus deveres na sociedade. Salta aos olhos, portanto, a repercussão social que seria ensejada pela distribuição da receita federal com finalidades de assistência médica.

A outra vantagem é que a Previdência, se concretizada a mudança do atendimento médico-hospitalar para o Ministério da Saúde, estaria liberada para a melhor administração de seus verdadeiros e fundamentais objetivos: o aperfeiçoamento do seguro social — pensões, aposentadorias, desemprego, etc. — que beneficia grande massa de contribuintes. Esta, aliás, é sua missão primordial, exata.